

RIO DE JANEIRO, DEZEMBRO DE 2020



## O ACESSO À ALIMENTAÇÃO E OS DESAFIOS PARA GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM TEMPOS DE COVID-19:

AS AÇÕES DOS CONSELHOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE ATUAM NESSES CONSELHOS



## **Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea-RJ)**

Endereço: Praça Cristiano Ottoni s/nº, 6º andar, sala 653 – Edifício Pedro II

Central do Brasil - Centro/RJ

Tel: 2334-9532

<https://www.facebook.com/consearj/>

E-mail: [consearj@gmail.com](mailto:consearj@gmail.com)

Codxx Conselho de Segurança Alimentar do Estado do Rio de Janeiro (CONSEA/RJ). Burlandy, L; Kraemer, F. B.; Castello Branco, T.; Lopes, T; Machado, R; Gollo. A (orgs). O acesso à alimentação e os desafios para garantia da Segurança Alimentar e Nutricional em tempos de Covid-19: as ações dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro e das organizações da Sociedade Civil que atuam nesses conselhos. Rio de Janeiro: CONSEA/RJ, 2020.

xxx p.: il.; xx cm.

Palavras chave: CONSEA-RJ; organizações da sociedade civil; segurança alimentar e nutricional; SISAN; CAISAN; covid-19; alimentação; municípios; pandemia; Estado do Rio de Janeiro.

ISBN

Modo de acesso: digital

## SUMÁRIO

---

Apresentação_____	<b>2</b>
Introdução_____	<b>4</b>
1. Ações do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro_____	<b>6</b>
2. Ações dos Governos Estadual e Municipais para garantir o acesso à alimentação em caráter emergencial no contexto da Pandemia do Covid-19_____	<b>8</b>
2.1 Ações emergenciais do Governo Estadual_____	<b>8</b>
2.2 Ações emergenciais nos Municípios_____	<b>13</b>
3. Ações dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional_____	<b>20</b>
4. Ações emergenciais das organizações que integram os Conselhos estadual e municipais para garantia do acesso à alimentação e outras formas de apoio imediato aos segmentos populacionais em situação de insegurança alimentar_____	<b>26</b>
5. Considerações Finais_____	<b>34</b>

## APRESENTAÇÃO

---

A Pandemia em curso do Covid-19, declarada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), vem desafiando os governos e as organizações da sociedade civil em todo o mundo, tanto em termos sanitários quanto socioeconômicos, nutricionais e ambientais. São significativos os efeitos nos diferentes processos que integram os sistemas alimentares e respostas governamentais e societárias vêm sendo desenvolvidas, visando amenizar as repercussões desse evento crítico. Considerando esse cenário, este documento tem como objetivo sistematizar as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e pelos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), bem como pelas organizações da sociedade civil que integram esses conselhos, no contexto da Pandemia do Covid-19. Desta forma, pretende-se divulgar as iniciativas implementadas, indicar as estratégias adotadas e sinalizar possíveis desafios para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), considerando as repercussões da Pandemia.

**Figura 1** - Armazém da Ação Cidadania - Retirada das 40 cestas doadas ao CONSEA-RJ, destinadas à distribuição pelo Comsea-Mesquita.  
Foto: Marcos Aurélio Aprígio da Silva, 2020.



O mapeamento das ações dos Conselhos Municipais e das organizações que dele participam pautou-se nas informações registradas em documentos produzidos e disponibilizados pelos respectivos conselhos. Além disso, entre junho e setembro de 2020, foram realizadas entrevistas telefônicas com integrantes dos COMSEAs dos municípios que participaram da Conferência Estadual de SAN, realizada em 2019. Não foi possível estabelecer contato e troca de informações com todos os COMSEAs, diante das próprias dificuldades advindas do contexto da Pandemia do Covid-19. Cabe ressaltar que, em alguns municípios esses conselhos estão enfrentando dificuldades de comunicação virtual e inúmeros desafios para atuarem nessa conjuntura crítica.

Para melhor entender os desafios e a problemática do acesso aos alimentos nessa conjuntura, realizou-se um levantamento das ações do Governo do ERJ e dos governos municipais, por meio de pesquisa nos sites oficiais e, no caso do Governo estadual, também por informações concedidas por gestores públicos.

As informações constantes nesses sites oficiais não abrangem a totalidade dos municípios do ERJ, ainda assim é possível dizer que as ações emergenciais para garantir o acesso à alimentação, porventura existentes em outros municípios, não deverão ser muito diferentes dessas aqui sistematizadas. Portanto, o registro aqui apresentado é parcial e pretende exemplificar os diferentes tipos de ações que vêm sendo desenvolvidas no âmbito desses conselhos e organizações da sociedade civil que atuam no ERJ.

## INTRODUÇÃO

A Pandemia de Covid-19, que eclodiu nos primeiros meses de 2020, vem afetando diretamente os sistemas alimentares em todo o mundo, com múltiplas repercussões sobre a situação de segurança alimentar e nutricional (SAN) dos diferentes segmentos populacionais. No contexto brasileiro, e no ERJ, considerando as profundas desigualdades existentes em termos de renda, acesso a bens e serviços, acesso à terra, à água, aos alimentos e aos insumos produtivos, **os efeitos da Pandemia não apenas evidenciam as iniquidades existentes, como as agravam.**



**Figura 2** - Distribuição de alimentos pela Pastoral da Criança, de alimentos doados ao Consea-RJ pela Ação Cidadania.

A interrupção do trabalho e de qualquer tipo de remuneração, que atingiu alguns segmentos da população, com reflexos mais perversos sobre o trabalho informal e sobre os mais pobres, trouxe repercussões diretas no acesso à renda e, conseqüentemente, no acesso à alimentação. Os processos informais de trabalho garantiam, em muitos casos, meios de sobrevivência e provisão apenas para um dia de vida. Portanto, para aqueles submetidos a essas formas de provisão, a inviabilidade para

aquisição de renda, provocada pelo isolamento físico, teve **reflexos diretos e imediatos na capacidade de prover a alimentação, além de outras necessidades fundamentais.**

O isolamento físico e a interrupção de fluxos de mercadorias afetaram as diferentes dimensões dos sistemas alimentares, considerando as **dificuldades para que os fluxos de produção, comercialização e consumo de alimentos fossem mantidos.** Os riscos de redução na disponibilidade de alimentos em algumas regiões, além do aumento do preço dos alimentos são repercussões desse processo que exigem respostas rápidas. Muitos agricultores passaram a enfrentar dificuldades ainda maiores para escoar a sua produção, e alguns têm conseguido comercializar seus produtos por meio da Central de Abastecimento (CEASA), de redes de supermercados, do comércio local, de feiras livres (onde essas não foram interrompidas), além de pequenos comércios de beira de estrada. Os problemas relacionados com os riscos de contaminação dos alimentos e das refeições se acentuaram nesse contexto afetando, também, a comercialização.

**No que se refere à comercialização de alimentos, avanços e retrocessos podem ser identificados, por exemplo, nas próprias dinâmicas de funcionamento das feiras livre.** Em 20 de março de 2020, o **Município do Rio de Janeiro** suspendeu a autorização para Feiras Orgânicas na Cidade. O documento que formalizou essa medida sequer menciona as Feiras convencionais e as Redes de mercado varejistas. Em resposta, houve uma forte resistência e atuação em conjunto da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e do Conselho Municipal do Rio de Janeiro (COMSEA-RJ), para apoio a não paralisação das Feiras. No dia 24 de março a ABIO lançou uma nota com os alertas e informes sobre as condições de retomada da Feira. Em 30 de março, a



**Figura 3** – Banca de frutas na Feira Popular de Agricultura Familiar de Duque de Caxias. Foto: Gabriel Mendes/Divulgação PMDC, 2019<sup>2</sup>

prefeitura publicou uma Portaria garantindo o funcionamento das feiras orgânicas no município. No entanto, em 10 de junho uma resolução da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Emprego e Inovação (SMDEI) revogou o Regimento Interno do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas<sup>1</sup>. Além disso, extinguiu o Conselho Gestor e a Governança instituídos pelo Regimento Interno do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, bem como determinou que não fossem realizadas reuniões por esses grupos. Essa medida provocou diversas reações da sociedade civil, incluindo uma carta de repúdio da Associação de Agricultores do Rio de Janeiro, representação da sociedade civil composta por agricultores e agricultoras familiares orgânicas e agroecológicas, e instituições de representação de apoio técnico, além de outras organizações da sociedade civil.

No município de **Duque de Caxias**, a Feira Popular de Agricultura Familiar foi suspensa, mas foi feito pelo Departamento de Segurança Alimentar da Prefeitura (DESANS) contato telefônico com os agricultores para elaboração de material de divulgação em redes sociais visando impulsionar a venda dos agricultores, que passaram a fazer entregas dos seus produtos.

<sup>1</sup>O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas reúne produtores do setor orgânico em feiras localizadas em diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup>Disponível em: <<https://www.tupi.fm/baixada/feira-da-agricultura-familiar-aumenta-a-renda-de-produtores-em-duque-de-caxias/>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

Esse contexto de agravamento da situação de insegurança alimentar e nutricional vem provocando respostas diversas no país por parte de organizações da sociedade civil, no esforço de realizar ações que amenizem a gravidade desse quadro, além de manter o tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na agenda dos governos. Dessa forma, têm sido elaborados documentos com recomendações e proposições aos governos para implementarem ações visando amenizar/superar as dificuldades das populações mais vulneráveis, especialmente em relação ao acesso aos alimentos.

**No ERJ, organizações da sociedade civil, COMSEAs de diferentes municípios e o CONSEA estadual têm pressionado as lideranças políticas para implementarem ações em caráter de urgência, como ocorreu no CONSEA estadual e nos Conselhos municipais de Duque de Caxias e do Rio de Janeiro, e por meio do encaminhamento de denúncias para o Ministério Público, como aconteceu em Duque de Caxias.**

Cabe destacar também aqui as ações desenvolvidas, no ERJ, pelo Movimento dos Sem Terra (MST) e pelo Movimento dos Pequenos Produtores (MPA) em apoio às populações mais vulneráveis, por meio da distribuição de cestas de alimentos agroecológicos.

**Figura 7 –**  
Foto:

## 1. AÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

Conforme deliberação da Plenária virtual de 26/03/2020, o **CONSEA ESTADUAL** (CONSEA/RJ) encaminhou logo no início da Pandemia um documento ao Sr. Governador do ERJ, visando subsidiar e orientar as equipes gestoras das diferentes secretarias na condução de ações emergenciais nos campos socioeconômico e na saúde pública, considerando a perspectiva da Soberania e da SAN. Nessa ocasião, propôs a Criação de um Comitê de Emergência de Combate à Fome, no âmbito do Gabinete estadual de Crise, e indicou grupos populacionais que deveriam ser priorizados em termos de ações de garantia da SAN, tais como: pessoas em situação de rua; trabalhadores autônomos; moradores em comunidades urbanas periféricas populacionalmente adensadas; agricultores familiares; pescadores artesanais; indígenas; comunidades quilombolas; povos de terreiro; diaristas e trabalhadoras(es) do lar; estudantes das redes públicas e idosos.

Esse documento do **CONSEA/RJ ao Governo do Estado do Rio de Janeiro** indicou também um conjunto de ações que deveriam ser priorizadas para cada um desses segmentos, além de instrumentos de gestão que poderiam ser implementados, tais como: planos de ocupação de força de trabalho; plano emergencial para fomento à produção agrícola e pecuária; retomada de implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; planos de remodelamento urbanístico de comunidades em periferias urbanas, contemplando espaços de produção coletiva de alimentos e de dotação de serviços de abastecimento de água e esgoto nas cidades. Essas iniciativas são exemplos de ações que podem, em médio prazo, evitar a desagregação social e econômica, por meio do protagonismo de Estado; ações estas que as corporações privadas não têm interesse, nem compromisso, nem habilidade para promover.

## Figura 5 –

Foto:

Além disso, no documento em pauta, o **CONSEARJ** indicou a relevância da manutenção e do fortalecimento dos equipamentos públicos de SAN como os Bancos de Alimentos e os Restaurantes Populares, além de sinalizar para a necessidade de distribuição de cestas básicas adequadas para segmentos específicos. Indicou também a possibilidade de acordar a suspensão do prazo de pagamento de contas básicas, como água/esgoto, energia elétrica e gás junto às empresas de distribuição durante o período de estado de calamidade pública que foi decretado, requerendo atenção especial aos distintos públicos em situação de vulnerabilidade social, especificados neste documento.

O **CONSEARJ** participou de diversas reuniões com outras instituições e redes para discutir temas relacionados à pandemia do Covid-19, seus impactos e propostas para possibilitar o acesso a alimentos pelas populações mais vulneráveis. Nesse sentido, destacam-se: **(1)** reuniões com mobilizadores/as de SAN em defesa do fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)/Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), considerando que foi definido em plenária o aval ao novo projeto do PAA/CEASA do ERJ, que dá continuidade ao projeto anterior monitorado pelo **CONSEARJ**; **(2)** participação em reuniões sobre a

entrega de alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos estudantes de escolas públicas durante o período de pandemia; **(3)** participação na Conferência Livre estadual sobre Meio Ambiente e Agricultura no RJ, apresentando os temas relacionados a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) na temática Agricultura e Agroecologia; e, também, (4) a relevante participação na reunião extraordinária online do Fórum Permanente sobre a População Adulta em Situação de Rua, que ocorreu em 24 de agosto de 2020.

**Figura 6 –**  
Foto:

O **CONSEA/RJ** elaborou, ainda, uma Nota dirigida à População do ERJ e uma Carta dirigida ao Governo do Estado, pleiteando apresentar diretamente ao Gabinete de Crise os alertas relativos à SAN, ao planejamento público visando evitar desabastecimento e ocupar a força de trabalho de forma estratégica sob a gestão do Estado, sobretudo para atendimento às populações em estado de grave vulnerabilidade.

## 2. AÇÕES DOS GOVERNOS ESTADUAL E MUNICIPAIS PARA GARANTIR O ACESSO À ALIMENTAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

---

Este item apresenta ações que vem sendo desenvolvidas pelo governo estadual e por alguns municípios do ERJ com base em informações que foram obtidas nos sites oficiais dos respectivos governos e, no caso de Duque de Caxias, foram inseridas algumas considerações registradas em Relatório do Conselho Municipal de SAN.

### 2.1 AÇÕES EMERGENCIAIS DO GOVERNO ESTADUAL

A Câmara Intersecretarias de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CAISANS/RJ, instância governamental do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), criada pela Lei Estadual n. 5.594/09, em resposta à solicitação do **CONSEARJ**, apresentou as ações e medidas, de caráter emergencial, adotadas pelo Governo do ERJ para enfrentamento da Pandemia do Covid-19, que se apresenta a seguir, em acordo com a NOTA TÉCNICA CAISANS-RJ Nº 04/2020 Rio de Janeiro, de 30 de julho de 2020.

Figura 7 –  
Foto:

## **AÇÕES E MEDIDAS INERENTES À CAISAN/RJ**

1. Elaboração da Nota Técnica N. 01 para o Governador com proposições intersetoriais para enfrentamento dos efeitos da Pandemia na SAN da população fluminense, incluindo a elaboração de minuta de Decreto para instituição do Comitê Emergencial de Enfrentamento da Fome, proposto pelo CONSEA-RJ, que aguarda deliberação da Casa Civil.
2. Reunião com as CAISANs municipais de Duque de Caxias, Volta Redonda, Nova Iguaçu, Niterói, Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro para mapear ações e prestar orientações sobre atuação do SISAN no contexto de enfrentamento da COVID-19.
3. Elaboração de uma minuta de decreto de regulamentação da Lei Estadual n. 7.923/2018, que cria o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos – PAA Estadual, para possibilitar a aquisição de alimentos da agricultura familiar para suprimento das demandas de alimentos dos diversos órgãos públicos estaduais, na modalidade compra institucional.
4. Articulação com os municípios e órgãos estaduais para a inclusão dos Bancos de Alimentos de Mesquita, Volta Redonda e Niterói como entidades receptoras do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA da CEASA-RJ e de agricultores familiares na proposta de participação do Estado na Portaria n. 396/2020.
5. Monitoramento das ações de SAN executadas pelas secretarias no enfrentamento à Pandemia.

6. Elaboração da Nota Técnica n. 05 com recomendação aos municípios acerca das ações a serem implementadas visando minimizar o impacto da pandemia na segurança alimentar e nutricional da população fluminense.
7. Realização da Roda de Diálogo entre os Bancos de Alimentos do ERJ e a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos para qualificar e potencializar a atuação destes equipamentos durante a pandemia, através da constituição de uma Rede Estadual.
8. Realização de Reunião Extraordinária para tratar da execução do PNAE durante a Pandemia, visando à emissão de uma Nota Técnica para o Governador com apontamento de alternativas para garantir o adequado fornecimento.

### **Vice-Governadoria – Fundação Leão XIII**

9. Programa Mutirão Humanitário, que tem como meta a distribuição de 200.532 cestas básicas para as famílias com perfil de pobreza e extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) nos municípios de Queimados/RJ; Belford Roxo/RJ; Mesquita/RJ; Itaboraí/RJ; Paracambi/RJ; Nilópolis/RJ; Guapimirim/RJ; Magé/RJ; São João de Meriti/RJ; Itaguaí/RJ, Seropédica/RJ e Japeri.

Figura 8 –

Foto:

**Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos  
(SEDSODH)**

10. Implantação de Unidades Emergenciais de Assistência Alimentar nos restaurantes populares de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Campos dos Goytacazes, Irajá e Central do Brasil para a distribuição gratuita de 7.500 refeições diárias (500 cafés da manhã, 500 almoços e 500 jantares, em cada unidade). **A SEDSODH concluiu o processo de contratação das empresas prestadoras do serviço e a capacitação da equipe de fiscalização, estando a operacionalização dependente da liberação de recursos, que deve ocorrer em agosto.**
  
11. Recursos destinados à Política de Assistência Social no ERJ: a) Lei Complementar Federal N. 173: R\$ 2.008.223.723,76 destinados ao SUS e ao SUAS. Planejamento da execução aguarda a definição do percentual que caberá à Assistência Social; b) Lei Estadual n. 8.925, que autoriza destinar R\$ 42.450.583,50 de recursos estaduais para a Saúde (50%) e para a Assistência Social (50%). Aguarda liberação destes recursos para repassar aos municípios a terceira e a quarta

parcelas do cofinanciamento estadual do SUAS e efetuar um repasse extraordinário para ações municipais de combate ao Covid-19; c) Portaria Federal n. 369: R\$ 2.256.045,00 destinados à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os servidores que atuam nos quatro abrigos de gestão direta do Estado e para a aquisição de alimentos ricos em proteína destinados aos idosos destes abrigos; contratação de vagas em abrigos provisórios via rede hoteleira local para pessoas idosas e com deficiências acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional; população em situação de rua; desabrigados; desalojados e/ou imigrantes; d) Portaria Federal n. 378: R\$ 2.404.923,54 destinados a complementar as vagas de acolhimento provisório em rede hoteleira, para pagamento de pessoal (cuidadores e assistentes sociais) e alimentação ao acolhidos. **Estão sendo pactuadas estas vagas entre o Estado e os municípios e sendo concluídos os Termos de Referência para a contratação das vagas nos municípios definidos nesta pactuação.**

12. Assistência Alimentar aos Povos e Comunidades Tradicionais, por meio da distribuição de 260 cestas básicas com alimentos frescos e não perecíveis, água potável e kit de limpeza para as aldeias indígenas (Araponga, Itaxim Mirim, Rio Pequeno, Iriri, Sapukaí) e comunidades quilombolas (Campinho, Independência e Bracuí) da Costa Verde, além da distribuição de cestas básicas para famílias indígenas localizadas na Aldeia Maracanã e Aldeia Vertical, no Rio de Janeiro.

13. Notas Técnicas: Publicação de Notas Técnicas orientando a manutenção do funcionamento dos Restaurantes Cidadãos<sup>3</sup> durante a Pandemia, com a adoção de medidas para prevenir aglomeração e contaminação, que influenciou na manutenção do funcionamento dos restaurantes populares de Volta Redonda, Bonsucesso, Bangu e Campo Grande. A Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social(SUAS) também emitiu Nota Técnica orientando a manutenção do funcionamento dos equipamentos de proteção social da rede socioassistencial no Estado – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social para pessoas em situação de rua (Centro POP) – e recomendando cuidados para que esses equipamentos funcionem de forma que protejam e não comprometam a saúde dos usuários e profissionais.

**Figura 9 –**  
Foto:

---

<sup>3</sup>No Rio de Janeiro os Restaurantes Populares são denominados de Restaurantes Cidadão.

14. Assessoramento aos municípios: continuidade do assessoramento aos municípios, de forma remota, visando orientar a manutenção segura do funcionamento dos equipamentos, programas e serviços do SUAS e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

### **Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

15. Portaria Federal n. 396: R\$ 2.370.000,00 destinados à CEASA-RJ para a aquisição com doação simultânea de alimentos da agricultura familiar. Inclusão de 329 agricultores familiares e 36 quilombolas como fornecedores, além de entidades socioassistenciais como beneficiários receptoras dos municípios fluminenses que constam no Mapa da Insegurança Alimentar da CAISAN Nacional.
16. Doação de 3.564,75 kg de alimentos frescos para as aldeias indígenas de Parati e Angra dos Reis: Araponga, Itaxim Mirim, Rio Pequeno, Iriri e Sapukaí pelo Programa de Aquisição de Alimentos e Banco de Alimentos da CEASA-RJ.
17. Distribuição de 8 (oito) mil cestas de alimentos produzidos pela agricultura local para os agricultores familiares de Friburgo, Teresópolis, Carmo e Sumidouro, em parceria da EMATER-RJ com a Fundação Banco do Brasil.
18. Levantamento dos municípios que estão realizando a aquisição da agricultura familiar do PNAE (18) e envio de ofício aos prefeitos de 74 municípios solicitando apoio aos agricultores através da aquisição pelo PNAE.

**Figura 10 –**

Foto:

19. Capacitação de organizações da agricultura familiar e técnicos de ATER para elaboração de propostas de participação no PAA Compra com Doação Simultânea da CONAB, resultando na apresentação de 10 propostas.
  
20. Agrofundo: R\$ 2,5 milhões em crédito emergencial para atender a 142 solicitações.
  
21. Articulação com a Associação dos Supermercados do Estado do Rio de Janeiro – ASERJ para viabilizar a venda direta de produtos da agricultura familiar nas redes existentes no Estado.
  
22. Elaboração em curso de um plano para recuperação da agricultura fluminense após a pandemia, com foco na estruturação e organização das cadeias do leite e hortifrútis, visando a ampliação da comercialização dos produtos fluminenses para outros estados, prevendo-se ainda a implantação dos Quintais Produtivos e de hortas comunitárias.

23. Realização de capacitação sobre a Resolução FNDE Nº 06/2020 pela EMATER-RJ; Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC).

### **Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC)**

24. Repasse regular dos recursos federais e estaduais do PNAE em seis parcelas para as escolas estaduais que, segundo o modelo de gestão descentralizada adotada pelo ERJ, são as unidades executoras, com orientação para o cumprimento da Lei Federal nº. 13.987/20 e da Resolução nº. 2/20. As escolas estão realizando a aquisição dos gêneros para a distribuição de kits.
25. Retomada da Chamada Pública 2020 do PNAE, paralisada na segunda etapa “entrega dos projetos de venda”. Foi iniciado em junho o processo de formalização/assinatura dos contratos, com perspectiva que a compra da agricultura familiar seja realizada com o retorno das aulas presenciais.
26. Com recursos estaduais, a SEEDUC tentou disponibilizar um crédito mensal no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a serem carregados em cartões virtuais, que permitiriam a aquisição apenas de gêneros alimentícios de primeira necessidade, indicados na Resolução SEEDUC Nº 5.729/2019, em estabelecimentos comerciais credenciados (hipermercados, supermercados de grande, médio e pequeno porte, avícolas, açougues, lojas de conveniência, hortimercados, peixarias, mercearias e similares), com o objetivo de garantir aos estudantes sem acesso à alimentação escolar, a nutrição necessária. Contudo, o crédito não foi autorizado pela Casa Civil e PGE e a ação não pode ser executada.

## Secretaria de Estado de Saúde (SES)

27. Destinação de R\$ 1 milhão para instalação de Centros de Triagem para COVID-19 em 87 municípios e para suporte a Atenção Primária à Saúde.
28. Disponibilização de Boletim da Vigilância em Saúde no site da SES sobre COVID-19 e seus fatores de risco.

Figura 11 –  
Foto:

29. Publicação de materiais informativos elaborados pela ATAN (cartilha a respeito das *fake news* sobre o papel da alimentação no enfrentamento da COVID-19), pela Vigilância Sanitária (prevenção ao contágio da COVID-19) e pela Divisão de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (indicadores, destacando a obesidade).
30. Nota Técnica encaminhada aos municípios com orientações sobre o processo de acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) – perfil saúde e o funcionamento dos programas relacionados a ATAN durante a pandemia.

31. Formação de um Grupo de Trabalho Intersetorial para diagnosticar a situação dos povos e comunidades tradicionais durante a pandemia e elaborar um plano de enfrentamento à COVID-19 nas aldeias e comunidades quilombolas; Secretaria de Estado das Cidades (SECID).

### **Secretaria de Estado das Cidades (SECID)**

32. O Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) vem prestando assistência técnica e extensão rural remota e fomento socioprodutivo aos assentamentos com disponibilização de insumos e equipamentos, além de prestar orientações de saúde através de ações educativas. O ITERJ trabalha com 27 (vinte e sete) assentamentos, sendo 2 (duas) comunidades quilombolas. Apesar de não possuir atribuição para demarcação de Terras Indígenas e regularização fundiária dos quilombos, aponta a possibilidade de estabelecer por meio de Cooperação Técnica apoio as ações desenvolvidas pela FUNAI e INCRA. Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETRAB).
33. Leis Estaduais Nº. 8.816/2020 e Nº. 8.772/2020: cria auxílio emergencial do Estado para a subsistência de Microempreendedores Individuais (MEIs), trabalhadores autônomos e informais, e empreendimentos da economia solidária e da cultura, impedidos de trabalhar por conta da pandemia. Está em processo de regulamentação e já foi disponibilizado fundo pela ALERJ para os primeiros pagamentos. Atualmente existem entre 2 a 3 mil cadastros, dos possíveis empreendimentos beneficiários desta renda emergencial por 3 (três) meses.

## **Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETRAB)**

33. Leis Estaduais Nº. 8.816/2020 e Nº. 8.772/2020: cria auxílio emergencial do Estado para a subsistência de Microempreendedores Individuais (MEIs), trabalhadores autônomos e informais, e empreendimentos da economia solidária e da cultura, impedidos de trabalhar por conta da pandemia. **Está em processo de regulamentação e já foi disponibilizado fundo pela ALERJ para os primeiros pagamentos.** Atualmente existem entre 2 a 3 mil cadastros, dos possíveis empreendimentos beneficiários desta renda emergencial por 3 (três) meses.

### **2.2 AÇÕES EMERGENCIAIS NOS MUNICÍPIOS**

Em relação às ações emergenciais nos municípios para acesso à alimentação em período de pandemia, foram identificadas as seguintes ações:

#### **2.2.1 ANGRA DOS REIS**

**Alimentação para alunos da Rede Pública.** Está sendo feita a distribuição de cartão alimentação para crianças de 1-6 anos, matriculadas na Rede Pública Municipal. Em 21 de julho de 2020 anunciaram a segunda distribuição desses cartões planejada para ocorrer a partir de 27 de julho. A previsão é de distribuir mais de 6 mil cartões (6.959) até 26 de agosto. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania do município apresentou um projeto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde foi demonstrada a importância do apoio nutricional para o desenvolvimento e formação desses alunos, obtendo recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (R\$ 100/por

cartão). A distribuição é feita nos CRAS e na própria Secretaria de Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania.

**Na área da saúde.** Estão realizando o monitoramento da ocorrência da Covid-19 no município e atuando no combate à doença. Além disso, a Prefeitura de Angra, por meio da Secretaria de Saúde/Departamento de Atenção Primária, está intensificando o cadastramento de saúde dos moradores do município junto ao Ministério da Saúde. Em quatro meses, as equipes realizaram 50 mil novos cadastros, somando 98 mil já efetuados.

### **2.2.2 BARRA MANSA**

**Alimentação para alunos da Rede Pública.** Foram realizadas até o final de julho duas etapas de entrega de cestas básicas às famílias de alunos matriculados na rede pública municipal de ensino, tendo como objetivo dessa ação garantir o acesso dos estudantes a refeições de qualidade neste período de pandemia, substituindo a merenda escolar enquanto as escolas estão em recesso provisório. A segunda etapa, encerrada em 21 de julho, distribuiu 725 itens, realizando o atendimento às 68 unidades,

**Figura 12 –**  
Foto:

escolares, beneficiando às famílias dos estudantes da Escola Santa Rita, no bairro Santa Rita de Cássia, CIEP 054, no Vila Maria e na Creche Constantino, Ano Bom. Já foram beneficiadas aproximadamente 15.800 pessoas. Cada cesta básica custou para o município R\$ 67,40 e a compra foi feita após um processo licitatório. Cada uma contém: 1kg de farinha de mandioca, 3kg de açúcar refinado, 5kg de arroz, 500g de café, 2Kg de feijão, 1kg de fubá, 1 litro de óleo, 1kg de sal, 1kg de macarrão, 1 extrato de tomate, 4 barras de sabão de coco e 400g de leite em pó.

**Figura 13 –**

Foto:

**Distribuição de alimentos.** A Prefeitura instituiu uma parceria com a empresa Saint Gobain e o Restaurante Itinerante para a distribuição de marmitex a moradores de áreas carentes do município. A intenção é entregar a alimentação diariamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados. A previsão é que, de segunda a sábado, sejam entregues 100 marmitex. Aos domingos, o Restaurante Itinerante, por meio de parceria com redes de supermercados do município, pretende elevar essa quantidade para pelo menos 600 unidades. A meta definida em abril de

2020 pela Prefeitura foi a distribuição de 13 mil cestas, com verba do município. Além disso, foi articulada uma campanha denominada “Nossa cultura é solidária”, ação social que visa arrecadar doações com intuito de atender as famílias mais necessitadas durante o período de quarentena decorrente da Pandemia do Covid-19. Os itens que estão sendo recolhidos são: cestas básicas, alimentos, produtos de higiene e máscaras. Uma rede de supermercados e atacadistas de Volta Redonda doou ao município de Barra Mansa 560 cestas de alimentos.

### 2.2.3 BELFORD ROXO

**Alimentação para alunos da Rede Pública.** A Prefeitura de Belford Roxo iniciou, em 10/05, a distribuição de cestas básicas para alunos da rede municipal não inscritos no CadÚnico. A primeira unidade escolar contemplada foi o CIEP Municipalizado Ministro Gustavo Capanema, em Nova Aurora, com 260 cestas e distribuição de livros didáticos. Os alunos das escolas municipais imaculada Conceição, Ernesto Pinheiro Barcelos e Irmã Maria Filomena Lopes Filha também receberam as cestas e livros. A cesta pesa 20 kg com arroz, feijão, macarrão, açúcar e óleo, entre outros itens. As cestas foram compradas com recursos da própria Prefeitura e parte da verba do PNAE.

**Distribuição de alimentos.** Em início de maio foram distribuídos 56 mil kits de alimentação e limpeza doados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio do "Mutirão Humanitário".

### 2.2.4 CAMPOS DOS GOYTACAZES

**Alimentação para alunos da Rede Pública.** Foram entregues mais de 35 mil kits alimentação até 20/4 aos estudantes da rede municipal de

#### Figura 14 –

Foto:

Campos. Os kits são compostos por alimentos não perecíveis, sendo eles: 1kg de arroz; 1 kg de feijão; 400g leite em pó; 400g achocolatado; 2 pacotes de biscoito; 1 kg sal; 1 kg açúcar; 900 ml de óleo e 1 lata sardinha. Os estudantes das creches recebem ainda 200g de mistura para mingau. Cada aluno tem direito a um conjunto de itens por mês, enquanto durar a suspensão das aulas. A meta da Prefeitura é distribuir 53 mil kits.

#### 2.2.5 CORDEIRO

**Alimentação para alunos da Rede Pública.** A Prefeitura de Cordeiro realizou duas entregas de merenda, até 26 de junho de 2020, em atendimento à Lei 13.987, que autoriza “em caráter excepcional, durante a suspensão das aulas diante da pandemia, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE” aos pais e responsáveis pelos estudantes de escolas públicas. A primeira atendeu em maio a todos os alunos da Rede Municipal, com a distribuição de 2.311 sacolas com itens básicos como arroz, feijão, fubá e leite. A segunda entrega, em junho, foi para crianças da modalidade creche, com o repasse de 281 sacolas de dois quilos de gêneros perecíveis, carne, frango ou peixe, e itens exclusivos de uso da creche, farinha de arroz e mistura para cereais.

Foram utilizados sempre os alimentos contidos nos estoques das escolas. Para a terceira entrega, a Secretaria de Educação irá adquirir os itens dos kits, parte deles diretamente de produtores rurais da agricultura familiar, enquanto a outra parte será comprada no comércio local respeitando o processo licitatório realizado dia 22 de junho. Além disso, a composição segue indicação de uma nutricionista a partir de estudo priorizando a qualidade nutricional dos alimentos, os parâmetros do cardápio escolar e a garantia de qualidade higiênico-sanitária. Serão distribuídos 2.367 kits e tudo é fiscalizado pelo Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE).

### **2.2.6 DUQUE DE CAXIAS**

**Proteção facial e kits de higiene pessoal.** A FUNDEC-Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais, realizou a entrega no dia 25/05/2020 de 800 máscaras de proteção facial aos policiais militares do município. A Prefeitura de Duque de Caxias, através da FUNDEC e da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), realizou a entrega de máscaras de proteção facial e kit de higiene pessoal para os moradores da Fazenda Piranema, em Xerém, quarto distrito da cidade. O FUNDEC já distribuiu mais de 17 mil máscaras de proteção facial à população de Duque de Caxias.

### **2.2.7 MAGÉ**

**Alimentação para alunos da Rede Pública.** A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) iniciou a terceira etapa da entrega dos kits de alimentação, assepsia e caderno de atividades. A entrega começou com as creches e, posteriormente, seriam atendidas as escolas municipais.

### 2.2.8 MESQUITA

**Distribuição de alimentos.** A Prefeitura de Mesquita realizou a entrega de cestas básicas do Mutirão Humanitário do Governo do Estado, no dia 20 de maio. A iniciativa do governo estadual garantirá 14.498 cestas básicas com kit de limpeza para moradores de Mesquita inscritos no CadÚnico. Para evitar aglomerações e assegurar que a distribuição seja feita sem colocar em risco a saúde da população, as famílias que têm direito ao benefício receberam informações com data, local e horário de entrega via SMS.

### 2.2.9 NITERÓI

**Programa de Renda Básica Temporária.** O programa chamado Renda Básica Temporária, teve como ponto de partida a identificação de todos os cadastrados no município no cadastro único do Ministério da Cidadania. A partir dessa base foi estruturado um programa de distribuição de um cartão pré-pago. Foram organizados nove pontos na cidade, com cabines fechadas com vidro para proteger os servidores, e mobilizadas **mais de 600 pessoas** para participar desse processo. Dos **35 mil cartões**, foram

Figura 15 –  
Foto:

foram entregues cerca de **27 mil**, em um primeiro momento. Está sendo preparado um segundo momento de distribuição desses cartões. Como não foi possível fazer uma triagem pelo tempo de atualização dos cadastros, é possível que essa diferença tenha sido em função da de alguns cadastros desatualizados, pessoas que não moram mais na cidade ou falecidas, além das que estão eventualmente presas ou impossibilitadas de receber. Ainda assim, foi um processo bastante eficiente em que as pessoas receberam o cartão com hora e local marcados, sem aglomerações.

**Programa Busca Ativa.** Esta iniciativa é voltada para as famílias que não estavam no cadastro único. Atende vendedores ambulantes, artesãos, catadores de recicláveis e os cadastrados na economia solidária. Com isso, foram atendidas mais **2.700** famílias. Foi realizada também uma entrega para os microempreendedores individuais, taxistas, motoristas e auxiliares de vans escolares e várias outras categorias. Estão preparando uma entrega para todas as famílias que têm filhos matriculados na rede municipal de educação, mas que não estão cobertos pelas iniciativas anteriores. Com todas essas ações, o município planeja chegar aproximadamente a 55,5 mil famílias atendidas em Niterói, o que corresponde a mais de 200 mil pessoas, ou seja, mais de 40% da população.

### **2.2.10 NOVA IGUAÇU**

**Cartões-alimentação para alunos da rede pública.** A Prefeitura de Nova Iguaçu, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), começou em 6 de julho a entrega de cartões-alimentação para mais de 65 mil alunos da rede pública, que estão com suas aulas suspensas desde o

dia 16 de março devido à Pandemia do Covid-19. O valor do cartão é de cento e dez reais (R\$ 110) e poderá ser usado em estabelecimentos comerciais conveniados à rede Alelo. O cartão-alimentação tem prazo de validade de 90 dias e não é recarregável. A distribuição ocorreu até o dia 16 de julho, organizada pelos diretores das 141 unidades, entre escolas e creches, para evitar aglomerações. Com ele, cada família poderá decidir que alimentos comprar nesse período de crise causado pela pandemia da Covid-19.

#### Figura 16 –

Foto:

### 2.2.11 RIO DE JANEIRO

**Kits merenda para alunos da Rede Municipal.** A Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), está entregando mais uma série de KITS MERENDA para alunos da Rede Municipal. A distribuição articulada nas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) beneficiou mais **50 mil famílias**. Assim, desde o início da Pandemia, a SME já entregou **mais de 400 mil cartões e cestas**

### Figura 17 –

Foto:

**básicas. E mais 50 mil cestas** estavam planejadas para serem entregues para os responsáveis dos estudantes quando se realizou a consulta ao site em final de julho. Na 10ª CRE, por exemplo, que é a que reúne a maior quantidade de pessoas, em uma semana foram entregues cerca de **16.200 cestas básicas**. Foi ressaltado que os produtos das cestas são para a alimentação dos alunos, conforme determina a legislação. As cestas são elaboradas por nutricionistas do Instituto Municipal Annes Dias (INAD), sendo balanceadas e correspondentes à alimentação que é oferecida regularmente nas escolas. Como o quantitativo é muito grande – são mais de 640 mil alunos em todas as regiões da cidade – é importante que as pessoas participem de forma consciente do processo. Para ampliar o atendimento às famílias dos alunos da Rede Municipal de ensino, a SME já distribuiu também mais de 241 mil litros de leite para alunos dos segmentos de creche, ensino infantil e pré-escola. SME já entregou mais de 400 mil cartões e cestas básicas para alunos desde o início da pandemia.

Além disso, foi informado que as escolas municipais permaneceram abertas para oferecer alimentação durante os primeiros dias de suspensão das aulas. No entanto, o Sindicato dos Profissionais de Educação entrou

na justiça pedindo o fechamento das escolas. Na sequência, a SME entregou **1.500 cestas básicas para famílias dos alunos** que foram almoçar quando as unidades escolares ainda estavam abertas oferecendo refeições, antes de a justiça acatar a ação do SEPE. Posteriormente, começou a entrega de auxílios de alimentação, que beneficiam todos os alunos da rede.

### **2.2.12 VOLTA REDONDA**

**Programa Cidade Solidária.** Lançado no início de julho de 2020, o programa propõe-se a distribuir cestas básicas, com o objetivo de diminuir o impacto social e financeiro causado pelas restrições necessárias para o combate do Covid-19. As entregas são feitas de acordo com critérios de prioridade. Em um primeiro momento serão beneficiadas famílias com renda zero com crianças fora da Rede Municipal de Ensino, adolescentes, idosos, gestantes e pessoas com deficiência (PCDs). A entrega das cestas básicas em casa é apenas uma das ações previstas pelo programa. Foi reaberto o Restaurante Popular no sistema de marmitex, no último dia 08 de julho. Foi garantido suporte ao profissional liberal, nas unidades da FEVRE-Fundação Educacional de Volta Redonda, para ajudar no acesso aos recursos que serão enviados pelo Governo Federal. E, também, começou no dia 20 de julho a distribuição de kits de alimentação às famílias dos alunos da rede pública de educação.

Figura 18 –

Foto:

### 3. AÇÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

---

Alguns Conselhos Municipais de SAN vêm acompanhando e efetuando ações emergenciais para a garantia da SAN, bem como monitorando o processo de implementação de programas estratégicos como o PBF, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o PNAE, após a flexibilização da legislação que possibilitou o repasse direto de alimentos para as famílias, visando monitorar as ações e reforçar a importância de princípios como a compra da agricultura familiar (Duque de Caxias; Rio de Janeiro).

#### 3.1 COMSEA- DUQUE DE CAXIAS

O COMSEA-Duque de Caxias (DC) elaborou um relatório sobre as ações desenvolvidas no período da Pandemia do Covid-19 indicando as suas principais iniciativas, dentre as quais destacam-se:

**a) Encaminhamento de denúncia ao Ministério Público.** O Conselho Municipal de Duque de Caxias denunciou a falta de equipamentos de SAN no município, além da situação do Restaurante Popular D. Hélder

Câmara, e o não cumprimento das deliberações das Conferências de SAN.

**b) Elaboração e divulgação de Documento.** O COMSEA-DC elaborou o documento “Lutar contra a miséria e a fome deve ser prioridade”, apontando a falta de políticas públicas e de equipamentos de SAN no Município, em abril de 2020.

**c) Elaboração de Resolução do COMSEA-DC, ratificando as propostas de ações de políticas de SAN a serem implementadas pelo governo neste período de pandemia,** tais como a reabertura do Restaurante Popular para distribuir refeições em “quentinhas”.

**d) Alimentação para alunos das escolas públicas.** Acompanhamento do repasse de verbas da alimentação escolar, aos responsáveis de alunos, através do Pic-Pay e dos kits nas escolas da Rede Estadual. **Acompanhamento junto ao CAE e SME sobre os recursos do PNAE** e encaminhamento de ações para uso desses recursos.

**e) Agricultura Familiar.** Foi realizado um encontro com os agricultores familiares para esclarecer sobre a Chamada Pública da Agricultura Familiar-PNAE. O COMSEA-DC mediu junto à Secretaria Municipal de Agricultura para a reativação do COMPADER e fortalecer políticas que beneficiem os agricultores locais.

**f) Interlocução com a SMASDH.** O COMSEA-DC solicitou informações sobre as ações desenvolvidas no período de pandemia, propondo a criação de um programa emergencial de distribuição de cestas básicas que atenda idosos e famílias em situação de vulnerabilidade e/ou que tenham familiares com Covid-19.

**g) Proposições do COMSEA-DC.** O Conselho, em julho de 2020, tinha a intenção de mobilizar representações governamentais e da sociedade civil para uma atuação integrada no combate das dificuldades, tornando as ações mais efetivas e maior interlocução entre todos os atores sociais.

Figura 19 –  
Foto:

### **Considerações do COMSEA-DC sobre as Ações Governamentais no Município**

O COMSEA-DC relatou as seguintes observações sobre **as ações governamentais no município**, com um breve parecer do Conselho sobre as mesmas:

**Paralisação das reuniões do Conselho Municipal de Saúde.** Essas reuniões não ocorrem desde dezembro de 2019, o Secretário de Saúde destinou o espaço destinado ao Conselho para a Central de Regulação de Vagas. Integrantes do Conselho de Saúde moveram uma ação pública em relação a essa questão. Foi feita uma denúncia formal pelas organizações

da sociedade civil ao Ministério Público e a Promotoria pediu estrutura, paridade e suspensão dos obstáculos ao funcionamento do Conselho, que atualmente é dirigido pelo departamento jurídico da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). As informações são apenas repassadas aos conselheiros por WhatsApp, sem interação com os mesmos. A promotoria pediu para suspender a portaria que nomeou os conselheiros devido à falta de paridade. **Na avaliação do COMSEA-DC, a ausência de atuação do Conselho Municipal de Saúde interfere diretamente no acompanhamento, controle social e proposições que ajudariam o Município no enfrentamento da pandemia, dificultando ainda as ações intersetoriais das políticas públicas.**

**Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH).** As representações da SMASDH junto ao COMSEA-DC deverão ser substituídas, pois não atuam mais na Secretaria. Isso acarretou a falta de informações sobre quantas pessoas receberam ou deixaram de receber o benefício do auxílio emergencial e sobre dados de transferência de recursos do PBF. Também não existem informações sobre as ações da SMASDH em relação aos auxílios assistenciais à população em situação de vulnerabilidade social no período de pandemia. Foram feitos convites para que representantes desta Secretaria participassem da reunião virtual do COMSEA – DC em junho, mas não compareceram. **O COMSEA-DC formalizou oficialmente a solicitação de respostas.** Instituições da sociedade civil, inclusive algumas que compõem o COMSEA-DC, enviaram ofício com questionamentos para a SMASDH sobre ações realizadas nesse período da pandemia e ainda não receberam respostas.

**Conselho de Alimentação Escolar e SME.** No final de março os conselheiros participaram de uma reunião presencial na sede da Prefeitura quando foi informado que a Câmara de Vereadores havia aprovado uma Lei para transferência de recursos para os estudantes via o aplicativo PicPay. Tais recursos seriam de verba própria e do PNAE, porém o CAE alertou sobre a não autorização pelo FNDE de uso dos recursos do PNAE desta forma. **Em abril, ocorreu a implementação da transferência de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada estudante via PicPay.** A Prefeitura teve dificuldades para cadastrar os escolares porque foi necessário o número de CPF, isso acarretou dificuldades de recebimento de alguns responsáveis de alunos. **Em junho, as famílias começaram a receber a 2ª parcela,** mas ainda há necessidade de informações precisas e dados concretos sobre a garantia do repasse a todos os estudantes.

**O CAE recebeu denúncias de responsáveis de alunos que ainda não receberam o valor, ou que receberam um valor menor que o estipulado. As denúncias foram enviadas para o Ministério Público, que solicitou esse levantamento.** Ressalta-se que o Ministério Público Estadual fez uma recomendação sobre o uso das verbas da alimentação escolar, ressaltando a importância do CAE no acompanhamento dessas ações.

Figura 20 –  
Foto:

Em relação aos estoques de alimentos existentes em cada escola no momento que as aulas foram suspensas, a SME e o CAE debateram sobre o risco à saúde dos trabalhadores ao fazerem a distribuição, bem como o risco de desperdício desses alimentos. **Em abril, foi orientado que as escolas e creches fizessem kits com os alimentos em estoque, que foram distribuídos aos estudantes em maior vulnerabilidade. O CAE acompanhou a distribuição dos Kits feita aos estudantes. Estão sendo distribuídos kits para os alunos utilizando a verba do PNAE nas escolas da Rede Estadual de Educação.**

**Compra de produtos da agricultura familiar – PNAE.** Está sendo prevista uma chamada pública para compra da AF para o PNAE ainda em 2020. O CAE está acompanhando junto à Secretaria Municipal de Educação a elaboração do Edital. A relação incluiu alimentos que são produzidos no Município, como berinjela e aipim. O CAE e COMSEA-DC solicitaram junto à SME uma reunião com os agricultores para que estes sejam sensibilizados e se organizem para participar da Chamada Pública.

**Ações do DESANS.** Em função da suspensão da FPAF – Feira Popular de Agricultura Familiar, foi feito contato telefônico com os agricultores, elaboração de *card* e divulgação em redes sociais para impulsionar a venda dos agricultores, que passaram a fazer entregas dos seus produtos. Participação no Curso à distância oferecido pela CONAB sobre o PAA 2020 e a participação na reunião virtual da SMDEAAP visando pautar apoio desta secretaria e da EMATER para implementação do PAA em Duque de Caxias, já que é necessário atualizar as DAPs dos agricultores para que estes possam participar do PAA. Atualmente, apenas 10 agricultores do Município estão com DAPs ativas. Foi feita uma visita às propriedades agrícolas de alguns membros da FPAF e uma ação solidária

com entrega de kit higiene e 250 máscaras de tecidos para produtores rurais do Assentamento Terra Prometida de Piranema em conjunto com a FUNDEC e a SMASDH. Realização de ação solidária entre amigas e amigos com arrecadação de recursos e compra de 82 cestas básicas que foram entregues aos feirantes da FPAF, incluindo gêneros estocáveis e alimentos in natura comprados de alguns dos agricultores familiares de Duque de Caxias. Elaboração de uma Nota Técnica propondo ações emergenciais em prol da SAN que foi entregue à Secretaria Municipal de Governo no dia 21 de maio de 2020, **porém sem retorno sobre a implementação das propostas.**

### **Tipos de ação realizadas por Instituições da Sociedade Civil de Duque de Caxias no período da Pandemia do Covid-19**

- Controle social junto à implementação de políticas públicas; atuação nos Conselhos Municipais com proposição e acompanhamento das ações.
- Encaminhamento de denúncias ao Ministério Público.
- Formulação de Notas Públicas e encaminhamentos de Ofícios em conjunto.
- Acompanhamento específico das ações da alimentação escolar.
- Apoio aos agricultores locais para divulgação da venda de produtos.
- Assistencial: campanha e entrega de cestas básicas e de alimentos; produção e distribuição de máscaras de proteção; orientações através de ambiente virtual sobre cuidados e higiene em relação ao Covid-19, com atenção especial aos idosos.
- Grupos de auto ajuda emocional e social;
- Atuação no Comitê de debate sobre Protocolo de Retorno.

## Figura 21 –

Foto:

### 3.2 COMSEA DE MESQUITA

Dentre as ações realizadas pelo Comsea de Mesquita, destacam-se:

- a) **Reuniões remotas.** O Comsea-Mesquita tem realizado suas reuniões de forma remota.
  
- b) **Articulações com diferentes atores.** O Conselho realiza articulações com a Prefeitura, com a Cooperativa de Produtores Agropecuários de Mesquita e Conab, para projetos do PAA e feiras, com o Banco de Alimentos Municipal – visando implementar métodos e procedimentos que minimizem os riscos para a coleta e doação de alimentos. Como exemplo disso, o Comsea de Mesquita estabeleceu contato direto com 20 comitês da Ação Cidadania do município para desenvolver ações conjuntas de apoio, além de reunir-se com esses comitês para discutir estratégias e ações conjuntas para enfrentamento da pandemia.
  
- c) **Recebimento e distribuição de cestas de alimentos.** O Conselho tem efetuando contatos e articulação com organizações da Sociedade Civil para viabilizar o recebimento de cestas com alimentos para a distribuição

aos mais necessitados. Já distribuíram 60 cestas, 20 com apoio do CEDAC e 40 da Ação Cidadania.

**d) Planejamento.** Em seu planejamento para o período consta a realização de um mapeamento da situação de insegurança alimentar da população, realização de cursos e oficinas online em segurança alimentar e nutricional (SAN); formação de comissões técnicas e outras.

### 3.3 COMSEA RIO

O Comsea-Rio de Janeiro elaborou um relatório sobre as ações desenvolvidas no período da Pandemia do Covid-19 indicando as suas principais iniciativas, dentre as quais destacam-se:

**a) Alimentação para alunos das escolas públicas.** O COMSEA-RJ encaminhou ofícios sobre a não universalização da alimentação escolar para o Ministério Público, para a Defensoria Pública, OAB, CDEDICA, Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e da Agricultura Urbana. Como desdobramentos dessas ações, em 23 de maio foi obtida a liminar pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro junto à 1ª Vara da Infância da Juventude e do Idoso, obrigando a manter a alimentação oferecida a todo os alunos da rede pública durante a pandemia, a partir da distribuição de kits com alimentos ou transferência de renda. Os municípios e o ERJ tinham 10 (dez) dias para o cumprimento da liminar.

**b) Acompanhamento da execução do PNAE.** Foram realizadas reuniões do COMSEA-RJ com a 'Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e da Agricultura Urbana'; reuniões e articulações com movimentos sociais, conselhos sociais e defensoria pública para

## Figura 22 –

Foto:

discutir ações para execução do PNAE; elaboração de nota conjunta com o CMDR, denunciando o descumprimento dos contratos com agricultores familiares; encaminhamento de ofício à SME e INAD solicitando esclarecimentos a respeito da presença de composto lácteo nos kits de alimentos distribuídos aos estudantes. Em resposta a esses ofícios, o INAD informou que o composto lácteo não fazia parte do termo de referência para aquisição dos gêneros e o SME respondeu que empresa contratada fará a substituição do gênero.

**c) Acompanhamento da Agricultura Familiar e Agroecológica.** Foram realizadas várias ações: elaboração de nota sobre possíveis implicações do “lockdown” à distribuição de alimentos na região metropolitana; elaboração de nota em repúdio à suspensão do circuito carioca de feiras orgânicas e demais feiras agroecológicas; emissão de parecer para que associação de agricultores familiares possa participar do PAA que foi reativado no ERJ; elaboração de nota conjunta com o CMDR, denunciando a falta de apoio aos agricultores familiares, descumprimento de contratos de compra e indicando possíveis ações de apoio à agricultura familiar; elaboração de nota sobre possíveis implicações do “lockdown” à distribuição de alimentos na região

metropolitana; publicação da Resolução nº 01/2020 do Consea-RJ, em repúdio à dissolução do comitê gestor do CCFO e a suspensão das feiras; encaminhamento dos ofícios nº 03/2020 e nº 13/2020 ao Ministério Público denunciando a quebra dos contratos da SME com a agricultura familiar e a falta de aquisição de alimentos da agricultura familiar na composição dos kits - Como desdobramentos dessas ações foi realizada a Audiência Pública com o secretário da SMDEI e os movimentos sociais para tratar do CCFO e a dissolução do comitê gestor do circuito; participação do Conselho na elaboração de projeto de Lei que trata da instituição do CCFO, por meio do gabinete do vereador Renato Cinco, essa Lei substituiria o decreto, dando maior segurança.

**d) Encaminhamento de ofícios para órgãos públicos solicitando informações.** Foram encaminhados ofícios, com solicitações de informações sobre assistência para: SMASDH, SME, SMS, SMAC, SMDEI. Em resposta a SMASDH e a SME afirmaram que “todas as ações para garantir a SAN de seu público-alvo estavam sendo realizadas”. A SMAC informou sobre a doação de 25 toneladas de produtos oriundos do Programa Hortas Cariocas para as populações atendidas, além da doação de 1 tonelada de pescado. As demais Secretarias não responderam às solicitações de informação.

**e) Levantamento e troca de informações com outros atores.** Encaminhamento de comunicação a outros conselhos buscando o compartilhamento de informações; participação em reunião entre a CAISANS/RJ (estadual) e algumas CAISANS Municipais (Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Campos dos Goytacazes).

**f) Acompanhamento e divulgação de informações.** Está sendo feito acompanhamento, seleção e divulgação de notícias publicadas nas mídias da prefeitura, movimentos sociais e órgãos de controle social.

**Figura 23 –**

Foto:

### **3.4 COMSEA- NITERÓI**

O COMSEA- Niterói elaborou um relatório sobre as ações desenvolvidas no período da Pandemia do Covid-19, dentre as quais destacam-se:

- a)** O município foi incluído na CAISAN Estadual e aderiu ao SISAN.
  
- b)** O município também aderiu ao PAA, na modalidade doação simultânea, por meio de um convênio celebrado em agosto de 2020 com o CEASA-SG e o Banco de Alimentos do Município. Isso possibilitou o recebimento de gêneros alimentícios do CEASA comercializados de agricultores familiares do Estado.

- c)** Foram organizados em parcerias com universidades cursos de formação para capacitar os manipuladores e/ou vendedores de alimentos artesanais abordando os seguintes temas: higiene pessoal do manipulador em tempos de Covid-19; higiene na manipulação de alimentos em tempos de Covid-19; segurança dos alimentos em tempos de covid 19; sustentabilidade na produção de refeições; custos na produção de refeições.
  
- d)** Fiscalização das ações do governo no que se refere a distribuição de cestas básicas à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica e alimentar. Foi instituída a comissão de Transparência e Comunicação do Consea-Niterói.
  
- e)** Mobilização junto ao executivo municipal para que seja assinado o decreto que institui o Programa Municipal de Agroecologia Urbana bem como o Selo de Inspeção Municipal (SIM) e o Selo Agroecológico. Essas medidas são estratégicas para incentivar a produção local, gerar emprego e renda e garantir a SAN por meio da comercialização de alimentos provenientes dos produtores locais, em sua maioria de base agroecológica.

**Figura 24 –**  
Foto:

#### 4. AÇÕES EMERGENCIAIS DAS ORGANIZAÇÕES DOS CONSELHOS ESTADUAL E MUNICIPAIS PARA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS E OUTRAS FORMAS DE APOIO IMEDIATO A SEGMENTOS POPULACIONAIS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

---

Diante da necessidade de respostas rápidas, organizações da sociedade civil em todo o país têm desenvolvido ações emergenciais de acesso aos alimentos, como a distribuição de cestas básicas e a doação de refeições para grupos em situação de insegurança alimentar. Destacam-se aqui as **iniciativas de organizações da sociedade civil que integram o CONSEARJ e os COMSEAs municipais DO ERJ para prover a alimentação de grupos populacionais específicos**, considerando a urgência do acesso alimentar, especialmente para segmentos que ficaram imediatamente desprovidos de fontes de recursos financeiros. Essas ações vêm sendo realizadas apenas com recursos de doações, em um contexto extremamente adverso e de tamanha gravidade.

Diversas organizações que integram os Conselhos Estadual e Municipais de Segurança Alimentar do Rio de Janeiro - ONGs, instituições religiosas, redes de políticas, universidades e instituições de pesquisa - impulsionaram **ações imediatas de distribuição de alimentos** e outras formas de apoio direcionadas especificamente para populações de baixa renda, pessoas em situação de rua, dentre outros. Além disso, implementaram ações de produção e distribuição de máscaras de proteção; orientações por meio de ambiente virtual sobre cuidados e higiene em relação a COVID-19, com atenção especial aos idosos (Organizações dos Comseas de Duque de Caxias; Volta Redonda, Nilópolis, Rio de Janeiro; Seropédica).

No município do **Rio de Janeiro**, ressaltam-se as ações do **Centro de Ação Comunitária (CEDAC)** que, até o dia 26 de agosto distribuiu, na cidade e em outros municípios próximos, 35.760 kg de alimentos e material de higiene e limpeza, 1.693 cestas de alimentos saudáveis e nutritivos, 7.760 refeições para população em situação de rua, e 5.930 máscaras de tecido. Do total de alimentos distribuídos, 52% era proveniente da agricultura familiar.

**Figura 25 –**  
Foto:

Em **Volta Redonda**, a **Rede CEDAC/Economia Solidária** propôs duas frentes de ação: uma de caráter mais urgente, visando arrecadar fundos para compra de alimentos e produtos de limpeza e higiene pessoal para serem distribuídos às famílias em situação de vulnerabilidade. A segunda frente desenvolve ações de médio e longo prazos, visando construir de forma participativa uma rede de cooperação solidária reunindo as instituições articuladoras desta iniciativa e os coletivos que dela participam.

O **Centro de Ação Comunitária CEDAC/Economia Solidária**, participa de uma rede social denominada de "Ação Entre Nós do Sul-Fluminense", que envolve Cooperativas e Associações de Catadores de Materiais Recicláveis, Comunidades Quilombolas, Ocupações e Coletivos Urbanos, esses coletivos reúnem cerca de 1250 famílias. Essa rede articula as seguintes ações: InTECSOL- Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio Paraíba, da Universidade Federal Fluminense, Defensoria Pública da União em Volta Redonda, Observatório de Direitos Humanos do Sul Fluminense, CEDAC- Centro de Ação Comunitária, JOC- Juventude Operária Cristã de Volta Redonda, Toca Empreendimento (consultoria em gestão de negócios e marketing), Fórum de Justiça, Fórum de Economia Solidária de Volta Redonda. No que se refere às ações emergenciais destacam-se: arrecadação de fundos; compra de alimentos da agricultura familiar, compra de materiais de limpeza e higiene, distribuição às famílias.

A **Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida**, com representação no COMSEA do município do RJ, através dos comitês voltam a se organizar em caráter emergencial, inclusive para além do município do Rio de Janeiro, promovendo ações que envolvem a captação de recursos, constituindo parcerias para obtenção de fundos e distribuição de alimentos e produtos de higiene e limpeza. Estão monitorando a alimentação escolar em tempos de Covid-19. Elaboraram e estão divulgando um panfleto "Informações Importantes sobre o PNAE", com o objetivo de disponibilizar informações para os comitês e as famílias. Para isso, estabeleceram contatos com os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e Comsea de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nova Iguaçu, São João do Meriti e contatos dos CAE de Magé, Guapimirim, Japeri, Queimados e São Gonçalo.

**Figura 26 –**

Foto:

**A Ação da Cidadania tem comitês nos municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu, Mesquita, Duque de Caxias e Rio de Janeiro e estão ampliando esses comitês.** Como exemplo de iniciativas dos COMSEAs, em articulação com esses comitês, destaca-se a experiência do COMSEA-Mesquita já referida anteriormente.

No município do **Rio de Janeiro** destacam-se as ações da União de Negros pela Igualdade (**UNEGRO**) que, até o dia seis de julho, havia distribuído três toneladas de alimentos nas localidades do Morro do Chapadão, de Senador Camará, do Morro do Alemão, do Morro do Salgueiro e em São Gonçalo. Foram também distribuídos 220 kits de material de limpeza e legumes da Ceasa. Além da Ceasa, a Ação Cidadania também doou alimentos para a UNEGRO.

Em **Seropédica**, uma conselheira do COMSEA-Seropédica, representante do **Instituto de Cultura e Religiões Afro-Brasileiras (ICRAB)**, vem realizando ações de distribuição de cestas de alimentos e produtos de higiene, provenientes inclusive do Centro de Ação Comunitária (CEDAC), além da articulação de apoiadores para a arrecadação de recursos para apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade. Atendem principalmente a idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade por meio de recursos arrecadados com auxílio de

amigos e colaboradores. Parte desses recursos foi destinada ao pagamento de energia e compra de alimentos e produtos de limpeza para um grupo de idosas, uma vez que a luz está sendo desligada com a falta de pagamento, mesmo não sendo essa uma ação legal, em tempo de pandemia. Além disso, os recursos destinam-se também para a compra de remédios, alimentos e outros itens de necessidade básica.

Em **Nilópolis e em Duque de Caxias** destacam-se as ações da **Pastoral da Criança** que são mais voltadas para a distribuição de cestas básicas e o acompanhamento da situação das mães e crianças em situação de maior vulnerabilidade.

Cabe destacar a vulnerabilidade agravada neste período da pandemia dos grupos populacionais específicos inseridos na agenda da SAN, como as **comunidades e populações indígenas** e os **povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro**.

Em relação aos indígenas, a Pandemia do Covid-19 traz uma gama considerável de preocupações. A própria tradição indígena de viver coletivamente é um fator que facilita o processo de contaminação nas aldeias, por isso muitas comunidades indígenas estão se mantendo em isolamento social, não permitindo a entrada de pessoas de fora da comunidade. Porém, essas medidas de isolamento podem agravar ainda mais a situação de grande vulnerabilidade social, desigualdades e violações de direitos que afetam diretamente o acesso à alimentação e a condição nutricional dos homens e mulheres indígenas. Muitas comunidades indígenas precisam vender seus produtos e comprar mercadorias nas cidades para sua alimentação. A entrega de cestas de alimentos é fundamental para essas comunidades e está sendo feita, porém constitui um risco para essas populações, requerendo uma ação redobrada de cuidados. Até 21 de julho de 2020, a Secretaria de Estado de Saúde notificou 147 casos de Covid-19 em índios aldeados no estado

do Rio de Janeiro, em Angra dos Reis (88 casos) e em Paraty (59), tendo registrado uma morte em Angra dos Reis.

No que se refere aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, de acordo com relatos de representantes do CONSEA/RJ, as atividades de fortalecimento das ações de alimentação e nutrição, que vinham sendo executadas em suas comunidades, precisaram ser interrompidas em decorrência da proibição de funcionamento de templos e semelhantes, afetando significativamente algumas famílias. As redes de solidariedade que auxiliam no recolhimento de alimentos têm contribuído para mitigar a demanda por alimentos e outros itens essenciais, assim como atividades individuais.

O Afoxe Raízes Africanas, junto com o Instituto Federal de Belford Roxo, o Fórum Emancipa, Museu Paulo Freire e Donana estão distribuindo Kits de limpezas. As lideranças conseguem cestas de alimentos junto às organizações e amigos dos movimentos. Vem sendo feitas *lives* no *facebook*, em que são tratados temas como a consciência sobre o uso da máscara e como fazer a higienização. Pessoas da comunidade também estão fazendo quentinhas para distribuir, mas destaca-se que as ações são insuficientes em relação às grandes

**Figura 27 –**  
Foto:

necessidades que vem sendo identificadas. Segundo informações de uma conselheira estadual, que mora no município, foram distribuídas 600 cestas nas escolas.

**Em relação às universidades e instituições de pesquisa destacamos as seguintes ações:**

**O Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN/CPDA/UFRRJ e UFF)** desenvolve um Laboratório mensal que tem como objetivo discutir temas de pesquisa e resultados de estudos que vem sendo desenvolvidos no âmbito da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. No contexto do Covid-19 o CERESAN realizou atividades referentes ao tema no âmbito das sessões do Laboratório. Além disso, o CERESAN integra diferentes redes de organizações da sociedade civil brasileira que atuaram por meio de distintas frentes de ação no contexto da Pandemia do Covid-19. Destaca-se a participação do CERESAN em atividades da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável contribuindo por meio do mapeamento de iniciativas de doação de alimentos e de solidariedade. Ressalta-se também a participação do CERESAN no Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBS SAN) que se articulou com diferentes movimentos populares visando mobilizar propostas referentes ao Projeto de Lei da Agricultura Familiar (PL nº 735/2020 e seus apensados) que prevê pagamento de abono emergencial a agricultores e agricultoras familiares que não estejam recebendo o auxílio emergencial. A situação da agricultura familiar se agravou quando o governo federal vetou a aprovação de inclusão desse segmento no auxílio emergencial, que tinha sido feita pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Além disso, o FBBSAN junto com a Campanha Nacional para o Direito à Educação e outros movimentos sociais produziu documentos pressionando os

governos a garantirem o direito humano à alimentação dos escolares no contexto da Pandemia. O CERESAN também integra o Grupo Técnico de Alimentação Nutrição e Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) que promoveu eventos por via remota (*online*) com o objetivo de proporcionar um debate público sobre os desafios postos pela Pandemia aos Sistemas Alimentares e indicar caminhos possíveis de ação (Link de acesso ao vídeo Desafios e Perspectivas para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional <https://www.youtube.com/watch?v=b4KTLZW8d-I>). Para informações mais específicas sobre o CERESAN acessar: <http://www.ceresan.net.br>.

Figura 28 –  
Foto:

**No âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)** desde fevereiro de 2020, a Reitoria instituiu o Grupo de Trabalho (GT) Multidisciplinar para Enfrentamento da Covid-19 e construiu um complexo para realização de testes gratuitos para o seu corpo social e para profissionais de saúde sintomáticos e sem critérios de gravidade de Unidades de Saúde Públicas da Cidade do Rio de Janeiro e profissionais

de segurança pública sintomáticos, e sem critérios de gravidade da Cidade do Rio de Janeiro, com agendamentos pelo e-mail covid19@reitoria.ufrj.br. Foi criado o Covidímetro, espaço para reunir informações e dados do avanço da Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro, nas cidades do RJ e Niterói e em demais Regiões de Saúde, produzidos pelo Grupo de Trabalho Multidisciplinar da UFRJ sobre a Covid-19. Em razão da pandemia da Covid-19, o Sistema Integrado de Alimentação da UFRJ, responsável pelos seis Restaurantes Universitários e pela alimentação da Residência Estudantil, do Colégio de Aplicação CAP-UFRJ e da Escola de Educação Infantil EEI/UFRJ, precisou adotar uma série de medidas de proteção dos servidores e usuários, além de adaptar a forma de prestação de serviço, em cumprimento das exigências legais e científicas no processo de contingenciamento do novo Corona vírus. Em um primeiro momento, a partir de 24 de março de 2020, seguindo determinação dos governos estadual e municipal, como medida preventiva, houve o fechamento para atendimento ao público externo dos seis restaurantes universitários da UFRJ. O Restaurante Universitário Central permaneceu em funcionamento produzindo refeições individuais somente para serem transportadas (quentinhas). Foram atendidos inicialmente os estudantes da Residência Estudantil e da Vila Residencial selecionados pela Pró-reitoria de Políticas Estudantis - PR7 e os trabalhadores e voluntários da UFRJ na linha de frente de combate a Covid-19. Em um segundo momento, no mês de julho, com a liberação gradual da prefeitura, foi possível a reabertura do RU Central ao público externo e a suspensão das entregas das refeições. Foram adotadas diversas medidas preventivas para reabertura. Nesse período a equipe de nutricionistas do SIA da UFRJ elaborou e-book “Alimentação Coletiva em tempos de Covid-19” para a capacitação e orientação dos profissionais que atuam nesse segmento, com base na Norma Técnica nº 18/2020 da ANVISA, reforçando a

importância das Boas Práticas e das medidas de prevenção ao contágio do Covid-19 em Unidades de Alimentação e Nutrição.

**O Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)** se organizou para realizar ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19 por meio de ações de ensino, pesquisa, extensão e apoio às ações de assistência em saúde prestadas pela Policlínica Piquet Carneiro e pelo Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE). Dentre elas destacamos as seguintes ações: **(1)** realização de webinários (“Conversas do INU à distância) abertos à sociedade abordando temáticas de alimentação e nutrição relacionadas a Covid-19 (para maiores informações acessar <https://www.youtube.com/channel/UCK0S0mfO9cvN5DvRrKFZXJQ>); **(2)** apoio ao funcionamento do Restaurante Universitário para fornecer refeições aos profissionais do HUPE/UERJ e de setores com atividades presenciais da Universidade; **(3)** divulgação nas mídias sociais de ações de mobilização da sociedade para acesso à alimentação e a materiais educativos produzidos por estagiários e professores (@inu\_uerj (Instagram) / @uerjnutricao (Facebook); **(4)** identificação e divulgação de experiências de garantia de SAN direcionadas a escolares e suas famílias, que foram privados da alimentação escolar, em função da suspensão de

**Figura 29 –**  
Foto:

aulas por meio da Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar; **(5)** apoio aos agricultores urbanos da Feira Agroecológica da UERJ para incentivar novas estratégias de escoamento da produção e para doação de alimentos agroecológicos à famílias do Complexo da Penha em parceria com a Rede CAU e a AS-PTA; **(6)** participação em atividades da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável em nível nacional e estadual por meio do mapeamento de iniciativas de doação de alimentos e de solidariedade; elaboração de cartilha e informativos sobre SAN em tempos de Covid-19; **(7)** organização de mídia social para acolher mães e cuidadores de crianças sobre aleitamento materno e alimentação infantil; **(8)** acompanhamento de idosos por mídia social para orientações sobre alimentação e saúde e para combate à *fake news* relacionadas à pandemia; **(9)** mobilização de docentes do projeto de Práticas Integrativas Complementares em Saúde para realização de práticas por meio remoto direcionadas à profissionais de saúde.

Além disso, as respectivas Universidades que integram o CERESAN (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense), bem como as demais universidade que integram o CONSEA/RJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - desenvolveram nesse período diferentes tipos de ação de enfrentamento da Covid-19, incluindo a produção de materiais de comunicação e a disseminação de informações sobre a Pandemia (seminários, vídeos textos públicos), dados de monitoramento, fabricação de equipamentos de proteção individual (EPIs), produção de álcool em gel, campanhas de doação de cestas básicas, disponibilização de biblioteca temática sobre a Covid-19. A UFRJ lançou um Catálogo de Projetos e Ações e as pesquisas podem ser acessadas pelo seguinte link: [https://conexao.ufrj.br/wpcontent/uploads/sites/6/img-noticia/2020/06/laborata3rios\\_pesquisa\\_covid\\_191.pdf](https://conexao.ufrj.br/wpcontent/uploads/sites/6/img-noticia/2020/06/laborata3rios_pesquisa_covid_191.pdf).

**Figura 30 –**

Foto:

Para maiores informações sobre as diversas ações das respectivas universidades acessar:

- <http://www.uff.br/coronavirus;>
- [http://coronavirus.ufrj.br/;](http://coronavirus.ufrj.br/)
- [www.coronavirus.uerj.br;](http://www.coronavirus.uerj.br;)
- [https://coronavirus.ufrj.br/.](https://coronavirus.ufrj.br/)

Estes sites foram criados com o objetivo de reunir em uma mesma plataforma informes, campanhas, orientações a servidores, estudantes e para a população sobre o período de isolamento social e o funcionamento da Universidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já destacado, o CONSEA/RJ elaborou um conjunto de propostas visando subsidiar as ações de SAN do governo estadual no contexto da Pandemia. Além disso, organizações da sociedade civil dos conselhos de SAN do ERJ e dos municípios vêm lutando para **negociar/pressionar os governos** no sentido de garantir princípios que são estratégicos para o Sistema e para a Política Nacional de SAN, tais como a aproximação entre produção e consumo de alimentos, por meio das compras locais; o apoio à agricultura familiar e aos modos agroecológicos de produção. De igual modo, os COMSEAs municipais vêm atuando no sentido de manter o **controle social dos programas que integram a política de SAN**.

Foram identificadas diversas ações emergenciais de combate à fome que, no contexto que estamos vivenciando, são importantes de serem adotadas, mas não podemos deixar de refletir sobre seu caráter assistencialista, colocando os assistidos em uma posição de submissão e dependência. Portanto, é importante reiterar que, para a plena efetivação do DHAA, faz-se necessário o estabelecimento de relações intersetoriais e o fortalecimento de programas e ações que cooperem com a progressiva democratização da alimentação. Cabe também implementar ações que contribuam para a diminuição das desigualdades sociais no consumo e na garantia da SAN, como as que vinham sendo pautadas e implementadas no contexto da Política Nacional de SAN, com destaque para: o incentivo a agricultura familiar por meio de compras públicas (como as do PNAE e do PAA); a oferta de alimentação adequada e saudável aos escolares, por meio do PNAE; o estímulo aos circuitos locais e curtos de produção; os equipamentos públicos como os restaurantes populares, bancos de alimentos; estratégias regulatórias, como a regulação de preços

dos alimentos, além da regulação da publicidade. Esse contexto reforça, também, a importância dos programas de transferência direta de renda – como o PBF, o Benefício de Prestação Continuada, além de impulsionar o debate sobre os programas de garantia de renda mínima.

Em um contexto de desmonte da institucionalidade da política e do SISAN, impulsionados com a extinção do Consea Nacional, por meio de decreto governamental formulado no primeiro dia do governo instalado em 2019, as ações da sociedade civil e dos Conseas estaduais e municipais se tornaram, mais do que nunca, essenciais e estratégicas.

**Figura 31 –**  
Foto: